



Santa Casa da Misericórdia
da
Covilhã

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade.....	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	9
3.1. Bases de Apresentação	9
4. Fluxos de Caixa	20
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	20
6. Ativos Fixos Tangíveis.....	20
7. Custos de empréstimos Obtidos	23
8. Inventários	24
Rédito	24
9. Subsídios e outros apoios das entidades públicas	25
10. Benefícios dos empregados	25
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	27
12. Créditos a receber	27
13. Outros ativos correntes.....	28
14. Diferimentos	28
15. Provisões, Passivos Contingentes	29
16. Caixa e Depósitos Bancários	30
17. Fundos Patrimoniais.....	30
18. Fornecedores	31
19. Estado e Outros Entes Públicos.....	31
20. Outros passivos correntes.....	32
21. Fornecimentos e serviços externos.....	32
22. Outros rendimentos.....	33
23. Outros gastos	33
24. Resultados Financeiros.....	34
25. Acontecimentos após data de Balanço.....	34

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2025	31-12-2024
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	14 348 914,87	13 291 807,06
Bens do património histórico e cultural	6	537 100,00	537 100,00
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Subtotal		14 886 014,87	13 828 907,06
Ativo corrente			
Inventários	8	9 187,87	9 003,29
Créditos a receber	13	135 061,25	130 987,89
Estado e outros Entes Públicos	20	76 831,26	44 089,05
Diferimentos	15	7 619,27	7 306,76
Outros ativos correntes	14	1 355 888,55	1 268 416,88
Caixa e depósitos bancários	4 e 17	469 000,29	817 850,87
Subtotal		2 053 588,49	2 277 654,74
Total do Ativo		16 939 603,36	16 106 561,80
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	18	829 071,40	829 071,40
Resultados transitados	18	(1 207 839,12)	(1 183 635,17)
Excedentes de revalorização	18	9 168 288,76	9 168 288,76
Ajustamento/outras variações nos fundos patrimoniais	18	3 223 319,90	2 819 034,75
		12 012 840,94	11 632 759,74
Resultado Líquido do período		(677 016,83)	(24 203,95)
Total do fundos patrimoniais		11 335 824,11	11 608 555,79
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16	26 000,00	
Financiamentos obtidos	7	2 326 896,49	2 236 853,25
Outras contas a pagar	21	264 234,34	64 963,33
Subtotal		2 617 130,83	2 301 816,58
Passivo corrente			
Fornecedores	19	950 351,19	636 096,12
Estado e outros Entes Públicos	20	159 612,03	206 245,30
Financiamentos obtidos	7	394 638,91	339 622,98
Diferimentos	15	460 197,75	105 845,93
Outros passivos correntes	21	1 021 848,54	908 379,10
Subtotal		2 986 648,42	2 196 189,43
Total do passivo		5 603 779,25	4 498 006,01
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		16 939 603,36	16 106 561,80

Covilhã, 25 de Março de 2026

O Contabilista Certificado

Handwritten signature: N. Prata
CC 13747

A Mesa Administrativa

Handwritten signatures of the Administrative Board members:
Luís Rebelo
Cristina Pereira
João Manuel Pereira
N. Prata

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	9	4 515 163,24	4 078 094,62
Subsídios, doações e legados à exploração	10	453 626,16	293 462,30
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(293 964,44)	(288 977,56)
Fornecimentos e serviços externos	22	(1 256 949,63)	(1 156 682,09)
Gastos com o pessoal	11	(3 713 284,45)	(3 032 371,40)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(1 472,85)	(290,04)
Provisões (aumentos/reduções)	16	(26 000,00)	
Outros rendimentos	23	151 244,86	645 932,55
Outros gastos	24	(3 523,09)	(36 318,29)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-175 160,20	502 850,09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(395 303,92)	(390 319,16)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(570 464,12)	112 530,93
Juros e rendimentos similares obtidos	9 e 25	78,91	96,95
Juros e gastos similares suportados	25	(106 631,62)	(136 831,83)
Resultados antes de impostos		(677 016,83)	(24 203,95)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(677 016,83)	(24 203,95)

Covilhã, 25 de Março de 2026

O Contabilista Certificado

N. Catarina
CC 13747

A Mesa Administrativa

Luís Rolão
António José Leitão
Impressão e Encadernação
NEUTR

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2024

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Resultado líquido do período	Total
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transiçados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1	829 071,40			(1 249 602,51)		9 218 989,42	2 862 033,21	15 266,68	11 675 758,20
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo regime contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis				50 700,66			(50 700,66)			
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais										
Aplicação de Resultados	2	-	-	-	15 266,68	-	(15 266,68)	-	(15 266,68)	-
					65 967,34	-	(50 700,66)	-	(15 266,68)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								(24 203,95)	(24 203,95)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								(24 203,95)	(24 203,95)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Outras operações								(42 998,46)		(42 998,46)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2024	5	829 071,40	-	-	(1 183 635,17)	-	9 168 288,76	2 819 034,75	(24 203,95)	11 608 555,79
	6=1+2+3+4									

Covilhã, 25 de Março de 2026

O Contabilista Certificado

Marta
ICC 1371A

A Mesa Administrativa

(Handwritten signatures and notes in blue ink)

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2025

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Resultado líquido do período	Total
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6	829 071,40	-	-	(1 183 635,17)	-	9 168 288,76	2 819 034,75	(24 203,95)	11 608 555,79
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais										
Aplicação de Resultados										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	-	-	-	(24 203,95)	-	9 168 288,76	-	24 203,95	-
RESULTADO EXTENSIVO	8									
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9=7+8									
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Outras operações										
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2025	10	829 071,40	-	-	(1 207 839,12)	-	9 168 288,76	3 223 319,90	(677 016,83)	11 335 824,11
	6+7+8+10									

Covilhã, 25 de Março de 2026

O Contabilista Certificado

Nº 1074 / CC 10747

A Mesa Administrativa

(assinatura)
(assinatura)
(assinatura)
(assinatura)
(assinatura)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		4 604 202,64	4 228 946,82
Recebimentos de subsídios		1 223 827,28	858 971,94
Recebimentos Bolsas		56 990,36	62 248,69
Pagamento a fornecedores		1 253 205,23	1 727 227,80
Pagamentos ao pessoal		3 631 129,74	2 908 087,86
Caixa gerada pelas operações		1 000 685,31	514 851,79
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		(97 727,46)	20 158,79
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		902 957,85	535 010,58
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		1 294 632,93	911 241,70
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			105 250,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		78,91	96,95
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(1 294 554,02)	(805 894,75)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		500 000,00	721 812,51
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		355 192,43	560 480,52
Juros e gastos similares		102 061,98	130 667,07
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			98,66
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		42 745,59	30 566,26
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(348 850,58)	(240 317,91)
Caixa e seus equivalentes no início do período		817 850,87	1 058 168,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período		469 000,29	817 850,87
Varição de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		(348 850,58)	(240 317,91)

Covilhã, 25 de Março de 2026

O Contabilista Certificado

NG-Trade
CC 13747

A Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia da Covilhã
Alto de Santa Cruz
NIF: 501631488



Anexo

Nota Introdutória

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados no presente Anexo apresentam-se expressos em euros.

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia da Covilhã é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Misericórdia, com sede em Alto de Santa Cruz, na cidade da Covilhã, encontra-se registada na Direção Geral da Segurança Social, no Livro das Irmandades sob o nº 04/84.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã, fundada no ano de 1577, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informada pelos princípios de doutrina moral e cristã.

Tem como atividade a prestação de serviços sociais e de saúde na comunidade civil e para que possa prosseguir os seguintes objetivos, esta enquadrada nos seguintes C.A.E.'s:

- 87301 Atividade apoio social para pessoas idosas, com alojamento.
- 88910 Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento
- 85100 Educação Pré-escolar
- 86906 Outras atividades de Saúde Humana, n.e.
- 86990 Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2015 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de Julho; e Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Santa Casa da Misericórdia da Covilhã continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Outros ativos e passivos correntes” (Notas 14 e 21) e “Diferimentos” (Nota 15).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de forma consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.7. Ativos Fixos Tangíveis

a) A entidade efetuou uma revalorização dos Imóveis, a última das quais com a referência de 31 de dezembro de 2023. Esta avaliação foi realizada por um avaliador independente escolhido pela Instituição – Eng. António Morais Afonso.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, excepto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respectivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

b) Os restantes “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos tangíveis em curso refletem ativos ainda em fase de construção.

c) Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor.

Os gastos que a Entidade tenha com manutenção e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos são registadas como gastos no período em que ocorrem.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo, e estão de acordo com o disposto do DR 25/2009:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	2,5 a 100
Equipamento básico	3 a 12
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso.

3.1.8. Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem, têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.



3.1.9. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

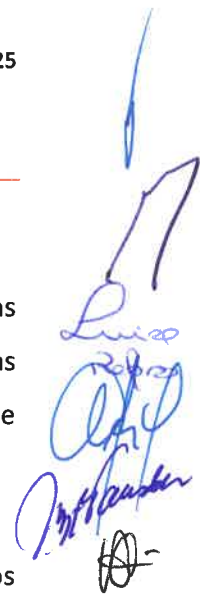
O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.1.10. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários a conclusão dos inventários e dos custos de comercialização. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.



Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhe estão associados estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.1.11. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.





Créditos a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL).



Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.12. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.13. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que há possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.1.14. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.1.7. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia). Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou da sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.1.15. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) ao abrigo da alínea b) deste artigo:

“As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.1.16 Subsídios ao Investimento

A entidade no âmbito da sua atividade recebe diversos apoios financeiros concedidos por organismos estatais e particulares, para a execução de investimentos nos seus ativos fixos tangíveis:

- Os apoios contratualizados são reconhecidos na rubrica “Outras variações nos Fundos Patrimoniais” em contrapartida da rubrica de “Outros Ativos Correntes”.
- Os recebimentos relativos a estes subsídios são reconhecidos na rubrica “Outros Ativos Correntes” em contrapartida das rubricas de Disponibilidades.
- A imputação aos resultados, dos subsídios contratualizados, é efetuada em função da taxa de depreciação aplicada aos bens objecto de participação e é reconhecida na rubrica “Outros Rendimentos” em contrapartida da rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2025 detalha-se conforme se segue:

Descrição	2025	2024
Caixa	699,22	258,58
Depósitos à ordem	468 301,07	817 592,29
Total	469 000,29	817 850,87

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Durante o período não ocorreram alterações materiais às estimativas contabilísticas efetuadas no período apresentado. Adicionalmente não foram detetados ou reconhecidos quaisquer erros materiais.

6. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade possui os seguintes "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público:

Descrição
EDIFICIO IGREJA MISERICORDIA
EDIFICIO CAPELA DO CALVARIO

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2025, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

31 de Dezembro de 2025						
	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Bens imóveis	537 100,00	-	-	-	-	537 100,00
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	537 100,00	-	-	-	-	537 100,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2024						
	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais	202 000,00	-	-	(65 000,00)		137 000,00
Edifícios e outras construções	11 641 737,43	3 537,48		(58 224,66)		11 587 050,25
Equipamento básico	1 841 794,33	4 797,00				1 846 591,33
Equipamento de transporte	130 414,34	12 868,00				143 282,34
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	370 789,95	1 457,98				372 247,93
Outros Ativos fixos tangíveis	214 934,41	7 835,63				222 770,04
Imobilizado em curso	819 167,58	1 003 433,82				1 822 601,40
Total (1)	15 220 838,04	1 033 929,91	-	(123 224,66)	-	16 131 543,29
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-		-	-
Edifícios e outras construções	4 731,84	367 630,55			-	372 362,39
Equipamento básico	1 818 095,95	4 342,22			-	1 822 438,17
Equipamento de transporte	91 093,16	10 715,61			-	101 808,77
Equipamento biológico	-				-	-
Equipamento administrativo	369 505,16	1 159,78			-	370 664,94
Outros Ativos fixos tangíveis	165 990,96	6 471,00			-	172 461,96
Total (2)	2 449 417,07	390 319,16			-	2 839 736,23
Total (1-2)	12 771 420,97	643 610,75	-		-	13 291 807,06

31 de Dezembro de 2025						
	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Terrenos e recursos naturais	137 000,00			-		137 000,00
Edifícios e outras construções	11 587 050,25	105 968,07				11 693 018,32
Equipamento básico	1 846 591,33	4 834,43				1 851 425,76
Equipamento de transporte	143 282,34	50 000,00				193 282,34
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	372 247,93	3 618,39				375 866,32
Outros Ativos fixos tangíveis	222 770,04	8 803,50				231 573,54
Imobilizado em curso	1 822 601,40	1 423 667,12	(64 515,46)	(79 964,32)		3 101 788,74
Total (1)	16 131 543,29	1 596 891,51	(64 515,46)	(79 964,32)	-	17 583 955,02
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	372 362,39	368 513,62			-	740 876,01
Equipamento básico	1 822 438,17	5 411,28			-	1 827 849,45
Equipamento de transporte	101 808,77	11 236,44			-	113 045,21
Equipamento biológico	-				-	-
Equipamento administrativo	370 664,94	2 362,00			-	373 026,94
Outros Ativos fixos tangíveis	172 461,96	7 780,58			-	180 242,54
Total (2)	2 839 736,23	395 303,92	-	-	-	3 235 040,15
Total (1-2)	13 291 807,06	1 201 587,59	(64 515,46)	(79 964,32)	-	14 348 914,87

Os bens imóveis (ativos fixos e bens do património artístico e cultural) foram revalorizados em anos anteriores o que originou excedentes de revalorização conforme se apresenta seguidamente:

Valor de imóveis ao custo	3 054 461,58
valor de imóveis revalorizados	12 222 750,34
Excedente de revalorização	9 168 288,76

7. Custos de empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	394 638,91	2 326 896,49 €	2 721 535,40	339 622,98	2 236 853,25 €	2 576 476,23
Locações Financeiras		0				-
Contas caucionadas		0				-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>		0				-
Contas bancárias de letras descontadas		0				-
Descobertos Bancários Contratados		0				-
Outros Empréstimos						-
Total	394 638,91	2 326 896,49	2 721 535,40	339 622,98	2 236 853,25	2 576 476,23

Garantias Bancárias da entidade, de acordo com o mapa de responsabilidade de crédito a 31 de dezembro de 2025:

Tipo	Crédito Agrícola	Montepio	Novo Banco	Santander	total Geral
Fiança/Aval				186 537,76	186 537,76
Garantias financeiras derivadas de crédito		940 888,48			940 888,48
Imóvel comercial escritórios	541 486,28				541 486,28
Imóvel comercial outros	500 000,00		298 738,38		798 738,38
Outra proteção		61 111,10			61 111,10
Outro imóveis					0,00
	1 041 486,28	1 001 999,58	298 738,38	186 537,76	2 528 762,00

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2025
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7 610,74	289 928,56	441,55	9 003,29	294 045,62	103,40	9 187,87
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	7 610,74	289 928,56	441,55	9 003,29	294 045,62	103,40	9 187,87
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				288 977,56			293 964,44
Variações nos Inventários da produção				-			-

Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	4 515 163,24	4 078 094,62
- serviços prestados utentes	2 136 712,79	2 097 147,38
- serviços prestados ISS	2 378 450,45	1 980 947,24
Quotas dos utilizadores		
Quotas e Jóias		-
Promoções para captação de recursos		-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		-
...		-
Juros	78,91	96,95
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	4 515 242,15	4 078 191,57

9. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estados - Exploração	378 561,01	218 012,38
Acordos Cooperação Segurança Social	78 429,10	52 491,14
I.E.F.P. - Medidas "Emprego"	48 961,87	47 487,56
Projetos	125 246,89	3 593,89
Consignação IRS/15% IVA suportado	2 046,52	2 456,18
Camara Municipal Covilhã	123 306,63	111 983,61
IPDJ I.P.	570,00	
Subsídios de Outras Entidades	8 703,70	13 055,55
- UMP	8 703,70	13 055,55
Doações, Doações e Legados - Exploração	66 361,45	62 394,37
Doações	66 361,45	62 394,37
Total	453 626,16	293 462,30

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2025 e 2024, foram, respetivamente "19" e "22".

Em 04 de Dezembro de 2023 ocorreram eleições para o quadriénio 2024-2027, tendo os irmãos eleitos tomado posse dia 12 de Janeiro de 2024. Os atuais órgãos sociais são constituídos pelos seguintes elementos:

Órgãos Sociais	Cargo	Nome
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	Presidente	Alberto Alçada Rosa
	Vice-Presidente	Graça Isabel Pires Henry Robbins
	Secretário	José Alberto Guerra Tavares
CONSELHO FISCAL OU DEFINITÓRIO	Presidente	José Luis da Conceição Ramos Adriano
	Vice-Presidente	Angelina Maria Ribeiro Proença B.S. Pinto
	Secretário	António Fernandes Alves Carrola
	Suplente 1	José Joaquim Antunes
	Suplente 2	Rui Manuel Azevedo Pinheiro
	Suplente 3	Fernando Marques Costa
MESA ADMINISTRATIVA	Provedor	António José Neto Freire
	Vice-Provedor	Manuel Proença Silva Raposo
	Secretário/a	João Carlos Izidoro Marques
	Tesoureiro/a	Maria da Graça Guilherme D'Almeida Sardinha
	Vogal efectivo 1	Luísa da Conceição Espinho dos Santos Raposo
	Vogal efectivo 2	Jorge Manuel Proença Varanda
	Vogal efectivo 3	Nuno Ezequiel Mendes Pais
	Suplente 1	António Manuel Lopes Moreira
	Suplente 2	Maria João Carvalheira Rodrigues
	Suplente 3	Barbara Maria Lemos Santos Alçada Ribeiro

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2025 foi de "187" e em 31/12/2024 foi de "168".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	2 943 586,32	2 428 353,05
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	7 434,07	7 965,21
Encargos sobre as Remunerações	642 375,91	523 559,48
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	32 177,18	22 895,18
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	87 710,97	49 598,48
Total	3 713 284,45	3 032 371,40

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulado

12. Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c	135 061,25	130 987,89
Clientes	131 960,28	129 077,44
Utentes	3 100,97	1 910,45
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	65 859,07	64 386,22
Clientes	25 542,07	25 608,57
Utentes	40 317,00	38 777,65
Total (1)	200 920,32	195 374,11

Perdas por Imparidade

Descrição	2025	2024
Clientes	25 542,07	25 608,57
Utentes	40 317,00	38 777,65
Outros		
Total(2)	65 859,07	64 386,22
Total(1)+Total(2)	135 061,25	130 987,89

13. Outros ativos correntes

A rubrica “Outras contas a receber” e “Outros investimentos financeiros” tinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos ao pessoal	580,25	684,47
Fornecedores com saldo devedor		
Devedores por acréscimo de rendimentos	114 974,25	110 099,96
.....		
Outros Devedores	1 218 225,89	1 135 524,29
Total (1)	1 333 780,39	1 246 308,72
Titulos Capital Crédito Agrícola	500,00	500,00
Titulos Capital Garval-Sociedade de Garantia Mútua	6 960,00	6 960,00
Fundo Compensação Trabalho	13 171,05	13 171,05
Outros	1 477,11	1 477,11
Total(2)	22 108,16	22 108,16
Total (1+2)	1 355 888,55	1 268 416,88

14. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Seguros	3 488,45	2 971,75
Outros	4 130,82	4 335,01
...		
Total	7 619,27	7 306,76
Rendimentos a reconhecer		
Mensalidades Infantário	4 664,84	3 940,60
Donativos		
Subsídios IEFEP	11 167,39	36 465,60
Quotizações	72,00	180,00
Projetos	444 291,26	65 259,73
Outros	2,26	
Total	460 197,75	105 845,93

15. Provisões, Passivos Contingentes

No período de 2025, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica provisões:

Descrição	2024	Aumentos	Diminuições	2025
Impostos	-	-	-	-
Garantias a clientes	-	-	-	-
Processos judiciais em curso	-	26 000,00	-	26 000,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	-	-	-
Matérias ambientais	-	-	-	-
Contratos onerosos	-	-	-	-
Reestruturação	-	-	-	-
Outras provisões	-	-	-	-
Total	-	26 000,00	-	26 000,00

Passivos Contingentes

No âmbito dos acordos de cooperação e da cedência de pessoal pelo Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS), relacionados com a exploração dos equipamentos sociais, designadamente os infantários "O Meu Cantinho" e "Capuchinho Vermelho", a entidade reconheceu, em períodos anteriores, estimativas de encargos associados a complementos salariais de trabalhadores cedidos.

No exercício de 2024, foi revertido o montante de 439.401 euros, anteriormente registado na rubrica "Outros credores", por se ter entendido que, decorridos dez anos sobre a celebração do acordo (2014), e não tendo sido formalizado o contrato atípico previsto, não seria provável a exigibilidade dos referidos encargos.

Contudo, em dezembro de 2025, a entidade foi notificada pelo ISS da existência de valores a regularizar no âmbito do mesmo processo, tendo sido comunicado um montante de 4.008 euros, bem como em janeiro foram notificados para reembolso referente a novembro e dezembro de 2025, no valor de 12 mil euros.

Face ao exposto, e considerando que:

- a obrigação presente não se encontra suficientemente confirmada quanto à sua existência e exigibilidade;
- subsiste incerteza relevante quanto ao montante total a liquidar;
- a entidade irá exercer o direito de reclamação/contestação dos valores comunicados;

A situação é tratada, nos termos da NCRF-ESNL (com referência à NCRF 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), como um passivo contingente, não tendo sido reconhecida qualquer provisão nas demonstrações financeiras.

Continuaremos a acompanhar a evolução do processo, sendo qualquer responsabilidade reconhecida apenas quando se torne provável a existência de uma obrigação presente e mensurável com fiabilidade

16. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2025	2024
Caixa	699,22	258,58
Depósitos à ordem	468 301,07	817 592,29
Total	469 000,29	817 850,87

17. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2025
Fundos	829 071,40	-	-	829 071,40
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	(1 183 635,17)		(24 203,95)	(1 207 839,12)
Excedentes de revalorização	9 168 288,76			9 168 288,76
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 819 034,75	427 867,40	(23 582,25)	3 223 319,90
Total	11 632 759,74	427 867,40	(47 786,20)	12 012 840,94

18. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	950 351,19	636 096,12
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	950 351,19	636 096,12

19. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	76 831,26	44 089,05
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)		-
Total	76 831,26	44 089,05
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	27 131,59	85 181,69
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	11 576,38	14 721,50
Segurança Social	120 904,06	106 342,11
Fundo Compensação Trabalho		
Total	159 612,03	206 245,30

20. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros conta a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos		304 929,35	-	246 269,97
Credores por acréscimos de gastos		616 578,75	-	575 132,95
Outros credores	264 234,34	95 340,44	64 963,33	81 976,18
Adiantamentos de Clientes		5 000,00		5 000,00
Total	264 234,34	1 021 848,54	64 963,33	908 379,10

21. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos		
Serviços especializados	844 550,65	792 702,77
Materiais	62 440,59	52 750,89
Energia e fluidos	233 043,26	210 425,47
Deslocações, estadas e transportes	5 774,15	3 997,80
Serviços diversos (*)	111 140,98	96 805,16
Limpeza, Higiene e Conforto	64 070,48	61 169,78
Outros Serviços	12 401,88	17 315,16
Seguros	12 118,96	8 100,38
Rendas e Alugueres - Equipamentos	11 918,55	6 907,68
Total	1 256 949,63	1 156 682,09

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

22. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	14 448,48	15 886,32
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 164,83	11 594,59
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	55,87	
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	104 254,52	106 283,19
Outros rendimentos	31 321,16	512 168,45
Total	151 244,86	645 932,55

Em 2024 foi contabilizado em outros rendimentos o valor de 439.401,00€ relativo à anulação da estimativa dos encargos a pagar contabilizada nos anos 2014 a 2016 relativa ao complemento salarial pela cedência de trabalhadores pertencentes ao mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I.P.

23. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	2 030,81	1 427,60
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dividas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas investimentos não financeiros		19 226,31
Outros Gastos	1 492,28	15 664,38
Total	3 523,09	36 318,29

24. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	106 631,62	136 831,83
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento		-
Total	106 631,62	136 831,83
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	78,91	96,95
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	78,91	96,95
Resultados financeiros	(106 552,71)	(136 734,88)

25. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Covilhã, 25 de março de 2025

A Mesa Administrativa

Luiza Póssas
 António Luís Ribeiro
 João Manuel Pinheiro
 N.º 10202